



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

MF - Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
de 31 / 08 / 2001
Rubrica 

Processo : **10880.005800/99-43**

Acórdão : **202-12.937**

Sessão : **19 de abril de 2001**

Recurso : **115.875**

Recorrente : **CENTRO DE RECREAÇÃO RECANTO DO PIU PIU LTDA.**

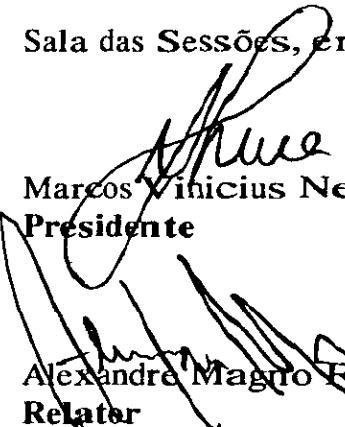
Recorrida : **DRJ em São Paulo - SP**

SIMPLES – OPÇÃO – Poderá optar pelo Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES a pessoa que exerce as atividades de creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental (Lei nº 10.034/2000 e IN SRF nº 115/2000). **Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: **CENTRO DE RECREAÇÃO RECANTO DO PIU PIU LTDA.**

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por **unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 19 de abril de 2001


Marcos Vinícius Neder de Lima

Presidente


Alexandre Magno Rodrigues Alves

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros **Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Luiz Roberto Domingo, Adolfo Montelo, Eduardo da Rocha Schmidt, Ana Neyle Olímpio Holanda e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.**

Iao/cf



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : **10880.005800/99-43**

Acórdão : **202-12.937**

Recurso : **115.875**

Recorrente : **CENTRO DE RECREAÇÃO RECANTO DO PIU PIU LTDA.**

RELATÓRIO

Em nome da pessoa jurídica qualificada nos autos foi emitido o ATO DECLARATÓRIO DRF/IRF/SÃO PAULO nº 151.275, fls. 13, no qual é comunicada a sua exclusão do Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, com fundamento nos artigos 9º ao 16 da Lei nº 9.317/96, com as alterações promovidas pela Lei nº 9.732/98, constando como evento para a exclusão: “atividade econômica não permitida para o Simples”.

A interessada, não acatando o referido ato declaratório, apresenta Impugnação de fls. 01 a 11, na qual, em síntese, alega que:

- a) a Lei nº 9.317/96 sofre vício de inconstitucionalidade, em função de estabelecer critério qualificativo e não quantificativo para a opção pelo Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES;
- b) houve quebra do tratamento isonômico entre pessoas jurídicas em igual situação, colidindo com o art. 150, II, da Carta de 1988; e
- c) a atividade de professor não pode ser equiparada à atividade de escola, pois nesta há a necessidade de vários outros profissionais para a consecução do objetivo social.

A autoridade julgadora de primeira instância, Delegado da DRF em São Paulo – SP, através da Decisão de fls. 32 e 33, manifestou-se pelo indeferimento da solicitação, ratificando o Ato Declaratório nº 151.275.

Inconformada, a interessada apresentou a Impugnação de fls. 37/52, em data de 22.02.1999, na qual, quanto ao mérito, insurge-se reiterando os argumentos expostos por ocasião de sua impugnação perante o julgador *a quo*.

A autoridade julgadora monocrática, através da Decisão DRJ/SPO nº 002024, ratificou o entendimento da Delegacia da Receita Federal em São Paulo – SP, Divisão de Tributação, concluindo pelo indeferimento da solicitação, cuja decisão foi assim ementada:

A



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : **10880.005800/99-43**

Acórdão : **202-12.937**

“Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples

Ano-calendário: 1999

Ementa: SIMPLES

Não podem optar pelo SIMPLES as pessoas jurídicas cuja atividade não esteja contemplada pela legislação de regência, tal como é o caso de prestação de serviços de professor.

SOLICITAÇÃO INDEFERIDA”.

Inconformada, a interessada apresentou Recurso de fls. 64 a 76, em data de 05.10.2000, elencando entre seus argumentos o seguinte:

- a) a Lei nº 9.317/96 sofre vício de **inconstitucionalidade**, em função de estabelecer critério qualificativo e **não quantificativo** para a opção pelo Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES;
- b) que houve quebra do tratamento **isonômico** entre pessoas jurídicas em igual situação, colidindo com o art. 150, inciso II, da Carta de 1988;
- c) que a autoridade administrativa **pode analisar** questões de ordem constitucional suscitadas **no curso de litígios administrativos**; e
- d) que a atividade de professor **não pode ser equiparada** à atividade de escola, pois nesta há a necessidade de **vários outros profissionais** para a consecução do objetivo **social**

É o relatório.



Processo : **10880.005800/99-43**

Acórdão : **202-12.937**

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ALEXANDRE MAGNO RODRIGUES ALVES

Por tempestivo o recurso, dele tomo conhecimento.

A recorrente foi excluída do Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, em virtude de “possuir atividade econômica não permitida para o SIMPLES”, haja vista que desempenha atividades de ensino, consoante extrai-se da cópia de seu Contrato Social, atividade esta que é vedada pela Lei nº 9317 e alterações posteriores.

Entretanto, com o advento da Instrução Normativa SRF nº 115, de 27 de dezembro de 2000, a Receita Federal passou a admitir, dentre aqueles que optam pelo SIMPLES, pessoas jurídicas que se dediquem à atividade de ensino fundamental.

Assim, procedente é, de fato, o inconformismo da recorrente com sua exclusão do SIMPLES.

Com efeito, a referida Instrução Normativa, em seu art. 1º, § 3º, dispõe, *ipsis verbis*:

“Art. 1º. As pessoas jurídicas que se dediquem às atividades de creches, pré-escolas e estabelecimento de ensino fundamental poderão optar pelo Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

...
§ 3º. Fica assegurada a permanência no sistema de pessoas jurídicas, mencionadas no *caput*, que tenham efetuado a opção pelo SIMPLES anterior a 25 de outubro de 2000 e não foram excluídas de ofício ou, se excluídas, os efeitos da exclusão ocorreriam após a edição da Lei 10.034, de 2000, desde que atendidos os demais requisitos legais”.

Desta forma, depreende-se do Contrato Social de fls. 16 acostado aos autos que o objetivo social da recorrente trata-se de “exploração do ramo de maternal, jardim e pré”.

Assim, não se vislumbra óbice legal para a manutenção da recorrente dentro do Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, haja vista que não há dúvida quanto ao alcance da

A



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10880.005800/99-43
Acórdão : 202-12.937

Instituição Normativa nº 115/2000 ao caso *sub examine*, uma vez que os conceitos de ensino fundamental e primeiro grau são equivalentes, apenas que aquele trata-se de nomenclatura mais atual do que este.

Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, **dou provimento ao recurso** para que seja revista a exclusão da recorrente, enquadrando-a novamente no rol dos optantes pelo Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 2001
ALEXANDRE MAGNO RODRIGUES ALVES